

Compartilhar

ano 2 • número 8 • fevereiro/março de 2014

Ser AMMA é informar



Magistrados maranhenses
promovem ato histórico pela
democratização do Judiciário **Página 8**



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO MARANHÃO



População da Comarca
de Riachão clama por
segurança pública. **Páginas 4 e 5**



Abandono da região sul
causa prejuízos às
atividades do Judiciário. **Páginas 6 e 7**



Salão de festas da
sede social será
inaugurado dia 10 de maio. **Página 12**

Uma data que entrou para a história

O dia 31 de março de 2014 entrou para a história da Magistratura brasileira. Pela primeira vez, magistrados de todo o país fizeram ampla mobilização em seus estados em favor da democratização do Poder Judiciário. Foi dada a largada para uma extensa pauta de ações que exigirá ainda várias etapas.

No Maranhão, a AMMA mostrou a força da Magistratura em torno de um mesmo ideal e levou os seus associados em caminhada ao Tribunal de Justiça, onde então foi protocolado o requerimento solicitando a alteração do Regimento Interno para permitir a instituição de eleições diretas para presidente e vice.

No mesmo instante, a força da Magistratura brasileira também foi mostrada de norte a sul deste país. As associações estaduais e regionais, coesas em torno do mesmo ideal e em articulação com a AMB, também protocolaram pedidos de alteração do Regimento Interno de diversos tribunais.

Essa demonstração de unidade fortaleceu a luta da Magistratura e renovou a esperança de vitória.

Sem dúvida, a batalha pela democratização será árdua e ocorrerá em duas frentes: a primeira, no interior do próprio Poder Judiciário, e a outra, na esfera legislativa.

A partir de agora, a Associação dos Magistrados do Maranhão, ao lado da AMB e de outras entidades associativas, se lança a nova etapa, desta vez de acompanhamento dos pedidos de alteração regimental, em intenso e coordenado trabalho de convencimento dos membros da Corte sobre a necessidade de alteração do modelo de escolha dos presidentes dos tribunais.

A Magistratura conseguirá mostrar, com o apoio da sociedade, que o modelo atual de escolha está ultrapassado e não se coaduna com o conceito de democracia plena por restringir o voto a uma pequena parcela dos integrantes do Poder.

Há muito trabalho pela frente, mas também há certeza de que a Magistratura unida conseguirá construir, se fazer respeitada e valorizada, fermento indispensável a um Judiciário independente, democrático e fiador do Estado de Direito.

Associados aprovam chamada de capital para aparelhamento do salão de festas



Associados votaram a favor da chamada de capital

Em assembleia-geral ocorrida no dia 22 de março, os associados da AMMA aprovaram, por maioria, chamada de capital para o aparelhamento do salão de festas da sede social, que será inaugurado em 10 de maio com a Festa do Dia das Mães. Os associados aprovaram a proposta de desembolso de R\$ 500,00, que será descontado na folha de duas vezes de R\$ 250,00, sendo uma em abril e outra em maio, sem restituição.

Durante a discussão sobre a chamada de capital, foi vencida, por maioria, a proposta apresentada pela Diretoria Executiva para que o valor a ser descontado fosse restituído nas duas primeiras vezes que o associado fosse alugar o salão de festas. Porém, os associados entenderam que não há necessidade de restituição porque o dinheiro

será usado no incremento do patrimônio da Associação.

Outro ponto deliberado foi que a Associação apoie o pleito de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária, a fim de permitir que as vagas abertas para promoção, por antiguidade ou merecimento, sejam antes colocadas para remoção, conforme autorizou o Conselho Nacional de Justiça no julgamento do PCA de nº 1021-84/2013.

Neste mesmo item da pauta, após ampla discussão dos associados, inclusive dos que se encontravam em suas comarcas e participaram da assembleia na forma online, os juízes recusaram a proposta de remoção na entrância intermediária, sendo, também, contrários que sejam estipuladas novas regras de transição.

Expediente

Jornal Compartilhar é o informativo bimestral da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA.
Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190. Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073
E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

Diretoria Executiva - biênio 2013/2014
Gervásio Protásio dos Santos Júnior - Presidente
Marcelo Silva Moreira - 1º Vice-Presidente
Ângelo Antônio Alencar dos Santos - 2º Vice-Presidente
Adelvam Nascimento Pereira - 3º Vice-Presidente
Marilse Carvalho Medeiros - Secretária-Geral
Clênio Lima Corrêa - Secretário-Adjunto
Carlos Veloso - Tesoureiro-Geral
Lavinia Helena Macedo Coelho - Tesoureira-Adjunta

Membros do Conselho Fiscal
Andréa Furtado Perlmutter Lago
Luís Carlos Dutra dos Santos
Celso Orlando Aranha Pinheiro Junior
Jorge Antônio Sales Leite
Holidice Cantanhede Barros

Suplentes do Conselho Fiscal
Artur Gustavo Azevedo do Nascimento
Ana Beatriz Jorge de Carvalho
Cyrilo Anselmo de Freitas

Jornalista Responsável
Jacqueline Barros Heluy - DRT 840 MA
Assistente: Zaira Almeida

Fotos
Binê Morais
Projeto Gráfico
Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte
Márcio Veiga

Diagramação
Wemerson Duarte

Falta de viaturas prejudica realização de audiências

O juiz Celso Serafim, titular da Comarca de Cururupu, determinou à autoridade policial do referido município que conduza o preso à audiência marcada para o dia 21 de maio de 2014 utilizando qualquer meio de transporte, seja ele lombo de jumento, carro de boi, carroça ou táxi. O ato do magistrado é para evitar que, mais uma vez, o preso deixe de comparecer à audiência previamente marcada por falta de viatura policial para transportá-lo até o fórum. Esta situação tornou-se comum em grande parte das comarcas do Maranhão, devido à precariedade do aparato do sistema de segurança.

Na avaliação do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, a precariedade do aparato de segurança pública do Maranhão causa problemas ao Judiciário, que, tradicionalmente, tem fama de lento para a sociedade que lhe cobra celeridade, sobretudo quando se trata de processar e julgar aqueles que praticaram delitos.

Gervásio também destaca que os processos criminais estão na pauta do CNJ que recomenda prioridade absoluta quando se trata de réu preso e os juizes, por sua vez, fazem um esforço para garantir

celeridade, zelando para que não haja excesso de prazo dos que se encontram presos. Porém, esbarram no fato de que semanalmente dezenas de audiências em todo o estado são adiadas por um motivo banal: a não apresentação do réu devido à falta de veículo para transportá-lo.

O que vem ocorrendo em algumas comarcas é que as autoridades encarregadas da custódia de réus justificam não transportá-los à audiência por não disporem de viaturas em face da precariedade de material do aparato policial.

O presidente da AMMA destaca que, apesar dos inúmeros ofícios encaminhados pela entidade, até o momento não foi solucionado o problema. E foi esse sentimento de impotência que levou o juiz de Cururupu a tomar um ato extremado de mandar a autoridade policial que conduza o réu de qualquer jeito, seja de carro de boi ou táxi.

“Essa atitude apenas reflete a insatisfação do magistrado com a falta de apresentação dos presos, pois quando a audiência não se realiza a sociedade ou o CNJ cobra do juiz. Desejamos que esse episódio sirva de alerta às autoridades do estado”, declarou Gervásio.

“Essa atitude apenas reflete a insatisfação do magistrado com a falta de apresentação dos presos”

AMMA pleiteia videoconferência

Diante do quadro de abandono do aparato policial em várias comarcas do Maranhão, a AMMA vai encaminhar requerimentos ao Tribunal de Justiça para que seja instalado o sistema de videoconferência nos fóruns do interior do estado, a fim de que os presos possam ser ouvidos em audiência nas unidades prisionais onde estejam. Porém, ele destaca ser necessário que haja empenho do Tribunal e do Poder Executivo para que a proposta de videoconferência seja concretizada.

Fique por dentro das notícias da AMMA. Acompanhe diariamente as nossas informações no site www.amma.com.br



O Tribunal de Justiça deferiu o pleito formulado pela AMMA, marcando para o dia 30 de abril sessão administrativa extraordinária, quando serão apreciadas as promoções para a 2ª Vara da Comarca de Rosário e 3ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, bem como as remoções para as comarcas de Icatu e Morros.



Em passagem pela região sul do Maranhão, o presidente da Associação, juiz Gervásio Santos, visitou os juizes das comarcas de Colinas, São Raimundo das Mangabeiras e Balsas, tomando conhecimento das principais dificuldades enfrentadas e das condições estruturais dos fóruns.



A Associação dos Magistrados do Maranhão requereu ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) que sejam determinadas as providências necessárias para a elaboração de cronograma de preenchimento das vagas em aberto, a ser fielmente cumprido dentro dos prazos legais, a fim de obedecer aos preceitos estabelecidos no Regimento Interno da Corte, bem como da Resolução nº 106 do CNJ.



O presidente da AMB, João Ricardo, acompanhado do presidente da AMMA e coordenador da Justiça Estadual, Gervásio Santos, da vice-presidente Hadja Rayane e do assessor da presidência Marcos Sales, além de diretores da Anamatra e da AJUFE, foi recebido em audiência pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB/RN), para tratar da PEC 187, que institui eleições diretas para presidente dos tribunais.



Em movimentada assembleia-geral ocorrida no dia 22 de março, os associados da AMMA aprovaram, por maioria, que a Associação apoie o pleito de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária, a fim de permitir que as vagas abertas para promoção, por antiguidade ou merecimento, sejam antes colocadas para remoção, conforme autorizou o Conselho Nacional de Justiça no julgamento do PCA de nº 1021-84/2013.



O presidente em exercício da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Marcelo Moreira, rebateu, no dia 6 de março, as acusações da ex-corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, que durante entrevista afirmou peremptoriamente que o Tribunal de Justiça do Maranhão é corrupto.

Judiciário promove audiência por segurança em Riachão

A Comarca de Riachão foi palco da primeira audiência pública promovida pelo Poder Judiciário em parceria com o Ministério Público, na qual a população teve a oportunidade de discutir e cobrar das autoridades mais segurança para o município. O evento ocorreu no dia 9 de abril, na Câmara Municipal, com a presença do presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos.

Ao abrir a audiência, o juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da comarca, chamou atenção para a crescente onda de assaltos no município, principalmente a agências bancárias, e até sequestro de um empresário, com pagamento de resgate. Segundo ele, quadrilhas estão encontrando facilidades para atuar na região. “A situação é grave e o Judiciário e o Ministério Público são sensíveis a isso.”

O magistrado ressaltou que a falta de segurança é um problema que aflige todos os moradores, que já não suportam mais a situação



População de Riachão lotou o plenário da Câmara Municipal em audiência que reivindicou mais segurança

e reivindicam a melhoria do seu aparato de segurança.

O juiz alertou que o efetivo atual de Riachão é de apenas 10 policiais militares - até o mês passado, somente dois policiais guarnece-

ciam a cidade - além de duas motos e uma viatura, que se encontra danificada. Este aparato tem sido insuficiente para conter as quadrilhas especializadas em assaltos a bancos que vêm aterrorizando a população.

De todos os municípios da região sul do Maranhão, Riachão e Feira Nova são os mais vulneráveis devido à localização, além de disporem de baixo efetivo sem a mínima estrutura para resguardar a cidade.

Agências metralhadas e sequestros

De 2009 a 2014, ocorreram sete ataques a agências de bancos apenas nos municípios de Riachão e Feira Nova. Em dezembro de 2009, uma agência do Banco do Brasil foi metralhada; em dezembro de 2012, um gerente do BB foi sequestrado; em 2013 e 2014, caixas eletrônicos também do mesmo banco foram explodidos.

Em abril de 2013, foi a vez do banco Bradesco de Riachão ser assaltado; no mesmo ano houve assalto ao banco de Feira Nova, seguido de um novo assalto à agência dos Correios também de Feira Nova e outro assalto já em 2014 nos Correios de Riachão. Em um dos assaltos aos Correios, o gerente foi levado refém. Os dados sobre os assaltos a bancos foram repassados pelos gerentes de agências bancárias que compareceram à audiência.

Rafael Leite Figueiredo, gerente do Banco do Brasil de Riachão,

está na cidade há cerca de um ano, vindo de Minas Gerais em substituição ao gerente anterior que foi vítima de sequestro. Ele conta que não há uma única noite em que durma tranquilo. Um programa de monitoramento do BB e do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança já o alertou para a necessidade de manter rotinas diferenciadas, porque os assaltantes poderiam monitorá-lo para um possível sequestro. O gerente disse temer pela sua família.

O gerente acrescentou que a agência de Riachão atende a uma média de sete mil clientes e corre o risco de ser fechada, caso não seja garantida a segurança mínima que impeça a ação dos bandidos. Rafael alerta que um estudo feito em nível nacional identificou que a agência de Riachão está entre as três mais atacadas por bandidos em todo o país. As outras duas estão localiza-

das no Triângulo Mineiro e Santa Catarina.

Geneilson Pereira da Silva, também gerente da agência do Banco do Brasil, relatou a situação de angústia dos funcionários e que, se houver um novo ataque, é possível que a agência seja fechada, a exemplo do que aconteceu em Tasso Fragoso, cuja agência do BB

foi fechada após assaltos e só foi reaberta depois do poder público garantir mais segurança.

O gerente do Bradesco Paulo Tavares informou que está ocorrendo uma média de 12 explosões de caixas eletrônicos do banco por semana na região de Imperatriz. “Tememos pela nossa segurança e de nossa família.”

Ocorrências

- 7 ataques a agências de bancos em Riachão e Feira Nova de 2009 a 2014.
- Dezembro de 2009 - uma agência do Banco do Brasil foi metralhada.
- Dezembro de 2012 - um gerente do BB foi sequestrado.
- 2013 e 2014 - caixas eletrônicos do BB foram explodidos.
- Abril de 2013 - assalto ao Banco Bradesco de Riachão.
- Dezembro de 2013 - assalto ao Bradesco de Feira Nova.
- Dezembro de 2013 - assalto à agência dos Correios de Feira Nova.
- Janeiro de 2014 - assalto aos Correios de Riachão.

População cobra segurança às autoridades

Além de magistrados e membros do Ministério Público, a audiência pública na Comarca de Riachão contou com a presença de representantes do Poder Público Municipal, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Públicas, gerentes de bancos da região, da Polícia Rodoviária Federal, do Corpo de Bombeiros, empresários, vereadores, advogados e pessoas da comunidade.

Vários depoimentos foram dados por populares, dentre os quais um policial militar, hoje aposentado, que ficou com sequelas físicas depois de ter sido baleado em São Raimundo das Mangabeiras durante um assalto a banco. Os bandidos, segundo o policial, estavam armados com fuzis AR-15. Nesta ação, quatro policiais foram baleados por 13 bandidos.

Enquanto populares e representantes da comunidade discutiam a insegurança no município de Riachão, chegava a notícia que a agência do BB de São Raimundo das Mangabeiras teve os caixas eletrônicos explodidos na madrugada desta quarta-feira.

A Polícia Militar foi representada na audiência pelo coronel Alcenyr Martins, que chamou atenção para o fato de todos os municípios maranhenses estarem sofrendo com a criminalidade. Ele



Cartazes e faixas mostraram a indignação da população

informou que o padrão ideal que se busca é de um policial para cada 300 habitantes, mas no Maranhão há apenas um policial para cada 930 habitantes.

Ele declarou que a criminalidade é dinâmica e percebe a rotina da população, daí a necessidade de realizar outros eventos como a audiência pública, além de denunciar e reivindicar aos órgãos públicos. "O crime se aperfeiçoa e, se continuarmos fazendo a mesma coisa todos os dias, eles continuam a atacar porque sabem da fragilidade. Os bandidos chegam com mais armas, mais atitude, então a comu-

nidade tem que exigir segurança. O que temos que aprender a fazer no Maranhão é dialogar institucionalmente."

O delegado Augusto Galvão informou que a preocupação da Secretaria de Segurança não é só com o município de Riachão, mas com todo o Maranhão. Segundo ele, há dificuldade de combater este tipo de criminalidade chamada de "novo cangaço", na qual os bandidos rendem policiais e os levam de refém sob humilhações. Augusto ressaltou que a sistemática deste tipo de criminoso é sempre igual, atacando primeiro

a delegacia da cidade para impedir que os policiais cheguem até a agência bancária que está sendo atacada.

Na avaliação do promotor Antonio Lisboa, a insegurança em Riachão chegou a nível alarmante. Ele informou que a cidade conta apenas com uma viatura e duas motos. Recentemente chegaram mais oito policiais para reforçar o patrulhamento. "É lamentável a ausência do Poder Público do Estado em garantir a segurança do município e do próprio policial para trabalhar de forma adequada", declarou.

Sociedade tem que cobrar, diz presidente da AMMA

O presidente da Associação dos Magistrados, juiz Gervásio Santos, parabenizou a iniciativa do juiz e do promotor pela realização da audiência pública e só o anúncio de que ela seria realizada já produziu os primeiros resultados, com a chegada do reforço de oito policiais, a construção de uma sede para o destacamento e a chegada de uma nova viatura. "Isso demonstra que a sociedade organizada pode cobrar e exigir dos órgãos públicos. Se nós nos omitirmos, futuramente a sociedade vai responsabilizar o Judiciário e o Ministério Público", afirmou.

Gervásio destacou a atuação das polícias militar e civil, cujos policiais considera verdadeiros heróis. Ele lamentou que a segurança

pública do Maranhão seja tratada com descaso, "e a prova disso é que o atual secretário de Segurança Pública nunca passou por uma delegacia ou quartel de PM."

Ele acrescentou que ao longo da história a segurança pública do Maranhão foi de alguma maneira esquecida e o município de Riachão é apenas um exemplo disso. "Sem polícia civil e militar, não há como o Ministério Público e o Judiciário fazerem um trabalho de qualidade para a sociedade e esse estado é decorrente da negligência."

Para Gervásio, políticas públicas na área de Segurança Pública são tão importantes quanto na educação e na saúde. "É fundamental para as nossas vidas, é essencial e direito fundamental nosso"

O esquecimento da região sul do Maranhão pelo governo do estado foi outra questão crucial apontada pelo presidente da AMMA. Segundo ele, é uma região que sustenta o estado em termos de economia, mas é esquecida, daí a necessidade da população se organizar e cobrar

de forma permanente. "Essa audiência pública é a prova concreta de que, quando nos reunimos, as mudanças acontecem." Sobre a atuação da AMMA neste processo, ele destacou que enquanto movimento associativo "é o poder de reivindicar, é o poder de nossa voz".



Gervásio externou a preocupação do Judiciário com a questão da segurança pública

Itinerância da AMMA na

Em visita à região sul do Maranhão, no período de 8 a 9 de abril, o presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), Gervásio Santos, visitou os juízes das comarcas de Colinas, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas e Carolina, tomando conhecimento das principais dificuldades enfrentadas e das condições estruturais dos fóruns.

Em Colinas, primeira comarca visitada, o juiz titular Marcelo Oka realizou durante dois dias um mutirão processual das ações previdenciárias, com a participação de magistrados de outras comarcas e de procuradores do INSS. Foram apreciados 230 processos.

Participaram do mutirão os juízes Marcelo Oka; Rodrigo Nina, da comarca de Santa Luzia do Paruá; Marcelo Rego, de Igarapé Grande; Ferdinando Serejo, de Presidente Dutra; Antonio Queiroga, de Barra do Corda e Clênio Correia, de São Domingos.

Em conversa com os magistrados, Gervásio relatou sua preocupação com o atual modelo que prima pela transferência de responsabilidades de setores do



Presidente da AMMA ao lado dos juízes que participaram do mutirão na Comarca de Colinas

Executivo para o Judiciário, como é o caso do INSS, já que todas essas ações podem e deveriam ser resolvidas administrativamente pelo próprio INSS.

“Essa postura que se vê na administração federal, estadual, municipal e agências reguladoras, de transferir responsabilidades, prejudica a cidadania, pois abarrotta o Ju-

diciário de litígios que poderiam ter sido resolvidos administrativamente, retirando-lhe o foco de questões que são essenciais para o cidadão e a sociedade”, enfatizou Gervásio.



João Augusto Leite relata situação de São Raimundo das Mangabeiras

São Raimundo das Mangabeiras

A segunda comarca visitada foi São Raimundo das Mangabeiras, cujo juiz titular, José Augusto Costa Leite, conversou com o presidente da AMMA, a quem apresentou as instalações do fórum e falou das demandas processuais. Na referida comarca também há um alto número de ações judiciais do INSS, reforçando o mesmo posicionamento do presidente da AMMA, exposto no mutirão de Colinas.

Na avaliação de Gervásio, a transferência de responsabilidades do Executivo demonstra que há um uso predatório do Judiciário, e que não ocorre apenas no Maranhão, mas em todo o país. Ele chama atenção para uma falha do CNJ, que ataca os efeitos, com a imposição de novas metas a serem atingidas, mas não ataca as causas.

a região sul do Maranhão



Juizas e funcionários da Comarca de Balsas receberam a visita de Gervásio Santos

Balsas

Encerrando o primeiro dia de viagem à região sul, o presidente da AMMA visitou as juizas Nirvana Barroso e Luciany Ferreira, titulares da comarca de Balsas, que conta ainda com os juizes Pedro Pascoal e Marco André Teixeira.

Em Balsas, as juizas relataram que a principal dificuldade enfrentada é a carência de materiais, principalmente resmas de papel. Outro problema apontado pelas magistradas é a necessidade de um salão de júri no próprio fórum. O salão já existente está interditado devido às condições estruturais precárias, tais como rachaduras nas paredes, telhado e forro danificados. Os júris são realizados na Câmara Municipal.

Carolina penalizada com a falta de manutenção do fórum

O abandono da região sul do Maranhão pelo governo do estado causa efeitos negativos não apenas às cidades e seus moradores, mas também ao trabalho dos próprios magistrados das respectivas comarcas. A situação foi constatada por Gervásio Santos ao visitar a Comarca de Carolina, cujo juiz titular, Mazurkiévcz Saraiva de Sousa Cruz, relatou os principais problemas.

A falta de manutenção dos equipamentos e de conservação do fórum é um dos problemas apontados pelo juiz e servidores da Comarca de Carolina. Em outras comarcas visitadas na região, também foi relatada a deficiência no envio de materiais de escritório, mesmo que tenham sido solicitados com vários dias de antecedência.

O fórum da Comarca de Carolina, por exemplo, é considerado um prédio relativamente novo, mas com vários problemas es-



Juiz Mazurkiévcz Cruz relata os principais problemas da Comarca de Carolina

truturais que já foram informados ao setor de engenharia do Tribunal de Justiça, como a falta de conservação do teto, mas até o momento os reparos não foram realizados.

“As comarcas do sul do Maranhão sofrem muito mais do que qualquer outra”, declarou o juiz. Ele aponta como sugestão a des-

centralização de alguns setores administrativos do Tribunal, adotando o sistema de regional de forma a atender às necessidades dos magistrados e servidores.

Outro problema relatado é quanto aos cursos de qualificação oferecidos pelo Tribunal, que não atendem aos servidores de várias comarcas da região sul do

Maranhão. Já houve caso em que o servidor ligou para se inscrever e quando disse o nome da comarca foi informado não haver vaga disponível.

A Comarca de Carolina tem uma distribuição mensal de 200 processos e há três anos está sem promotor titular, quem responde é o promotor de Balsas.

Caminhada histórica marca luta por eleições diretas nos tribunais



Juízes saíram em caminhada da sede da AMMA ao Tribunal de Justiça para protocolar requerimento

A Magistratura maranhense fez história no dia 31 de março, ao participar de ampla mobilização pela democratização do Poder Judiciário. Juízes de várias comarcas seguiram em caminhada ao Tribunal de Justiça, onde protocolaram requerimento solicitando a alteração do Regimento Interno da Corte Estadual, com o objetivo de permitir a participação de magistrados de primeiro grau no processo de escolha do presidente e vice-presidente do Tribunal.

A concentração começou antes das 8h, na sede administrativa da AMMA, onde os magistrados foram recebidos com um café da manhã. Em seguida, teve início a caminhada, saindo da Rua do Egito, percorrendo a Praça Dom Pedro II e chegando até a sede do Tribunal de Justiça. O ato também contou com a presença do presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), José Augusto Cutrim.

Uma cópia da proposta de emenda regimental, assinada pelo

presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz João Ricardo Costa, e pelo presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, que também é coordenador da Justiça Estadual da AMB, foi protocolada no Tribunal. O momento foi aclamado e comemorado. Em seguida, os magistrados foram até a presidência para entregar cópia do requerimento à vice-presidente da Corte, desembargadora Anildes Cruz.

“Nós fizemos questão de reunir magistrados da capital e do interior do estado para protocolar, junto ao Tribunal de Justiça, o pedido de alteração do seu Regimento Interno no sentido de permitir que os juízes possam participar da consulta do processo eleitoral para escolha do presidente do Tribunal”, disse o presidente da AMMA e coordenador da mobilização pela AMB. Ele lembrou que o Poder Judiciário ainda é a única instituição do país com voto censitário, em que apenas uma parcela da Magistratura pode votar.



Juízes e juízas em frente ao Tribunal de Justiça após a caminhada



Magistrados aplaudiram a entrega do requerimento no protocolo do Tribunal

Tribunal apreciará requerimento

“Esperamos, com esse ato, primeiro sensibilizar os tribunais, em segundo lugar mostrar à sociedade que ainda continua o processo pela democracia plena no Judiciário e, por fim, sensibilizar, de alguma forma, o Congresso quanto à necessidade de que aprove, com a máxima urgência, a PEC 187”, destacou o presidente Gervásio durante a entrega do requerimento à vice-presidente do Tribunal.

O presidente da AMMA registrou ainda a audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves, o qual informou a instalação da

Comissão Especial que apreciará a PEC 187, que institui eleições diretas para os tribunais. “Evidentemente que nós, como juízes do Maranhão, gostaríamos muito que o nosso tribunal pudesse acolher essa iniciativa. Acreditamos na capacidade de exame dos nossos desembargadores, afinal de contas essa Corte representa todos nós”, pontuou Gervásio.

A vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, garantiu que convocará os desembargadores para debater o pleito dos juízes. “Tão logo a Comissão de Regimento Interno reúna os desembargadores, o pleito será apreciado com res-

posta imediata. E quem sabe não sejamos os pioneiros”, afirmou a desembargadora, que enfatizou

que uma via do requerimento será encaminhada para cada membro da Comissão.



Vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz recebeu requerimento entregue pelos juízes

Magistrados avaliam resultado do ato

Os juízes de várias comarcas do Maranhão que participaram da mobilização do dia 31 de março estão confiantes que as sementes foram plantadas e que, no futuro bem próximo, resultarão nos frutos que tanto anseiam.

Para o juiz Rodrigo Serra, o ato representou a democracia, já que a escolha do presidente pelos juízes visa mostrar para a sociedade que a democracia deve ser de modo cristalino. “Não simplesmente uma eleição feita pelo Regimento Interno, e sim uma eleição limpa e aberta, de forma direta, não só por meio de um, dois ou três, até porque o princípio de qualquer eleição é expressar o que a sociedade quer”, avaliou.

Para o 2º vice-presidente da AMMA, juiz Ângelo Alencar, a



Magistrados em frente à sede da AMMA exibem banner das Diretas antes da caminhada

importância desse ato é tremenda, porque é a busca pela democratização do Judiciário, a exemplo do Poder Legislativo, em que todos os seus pares participam do processo eleitoral. “No Judiciário, apenas uma parcela mínima participa. No nosso estado, confiamos e cremos

que o Tribunal do Maranhão pode ser pioneiro em executar ou transformar esse momento democrático em um momento verdadeiro e único para a história do Maranhão”, afirmou.

Ao falar sobre a importância da mobilização da Magistratura, o

juiz Agenor Gomes frisou que em 31 de março completaram-se 50 anos que as instituições nacionais foram golpeadas, e que para marcar a data a Associação mobilizou os juízes e desembargadores para que conduzam uma luta que permita, também nos Tribunais, as eleições diretas.

“Os juízes de primeiro grau não têm oportunidade de participar desse processo de escolha, e todos nós queremos um país democrático. O voto é uma manifestação democrática e queremos que esta manifestação livre chegue também ao Judiciário de primeiro grau, que está lá na ponta, no interior, convivendo com a miséria do Maranhão e vivendo os problemas que a sociedade também vive”, disse Agenor.

AMB lança manifesto pela democratização nos tribunais

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entidade que congrega 14 mil juízes, hoje, 31 de março, decorridos 50 anos em que foi imposta a ditadura ao nosso povo, conclama a sociedade para superar o último reduto do regime de exceção de triste memória, que ainda habita os nossos tribunais.

Apenas 15% dos nossos magistrados votam para escolher os presidentes dos tribunais. É uma restrição que causa substancial abalo na ordem democrática e afeta, por consequência, a qualidade dos serviços

judiciais. Porque persiste esse modelo? É a pergunta que deve ser respondida à sociedade pelos nossos representantes.

Queremos que todos os juízes e juízas do Brasil votem para escolher os presidentes das cortes. Queremos Eleições Diretas Já nos tribunais.

João Ricardo Costa
Presidente da AMB

Mobilização nos 27 tribunais brasileiros

Ato semelhante ao que foi realizado pelos magistrados do Maranhão também ocorreu nos 27 tribunais de Justiça do país, nos tribunais regionais do trabalho e nos tribunais regionais federais. Em todos os tribunais, as lideranças associativas reforçaram que a luta da Magistratura é pela garantia da democracia.

Abaixo, os depoimentos de alguns presidentes de Associações sobre a democratização do Judiciário:



Tocantins

“É inconcebível não falarmos em democracia dentro deste mesmo poder. Eleições Diretas nos Tribunais fará toda a diferença na melhoria da Justiça de 1º grau. Isso porque obrigatoriamente o candidato a presidente do Tribunal deverá percorrer todas as comarcas e conversar com os magistrados, conhecendo de perto as condições de trabalho e comprometendo-se com cada um deles. Esse projeto permitirá que o juiz possa participar efetivamente da administração do tribunal, bem como haverá maior respeito da cúpula para com os magistrados de 1º grau”, destacou o presidente da Associação dos Magistrados do Tocantins, juiz Roniclay Alves de Moraes.

Rio Grande do Sul

“A inclusão de juízes de 1º grau na escolha das mesas diretoras acabará repercutindo em ganho para a sociedade, porque esses magistrados têm mais contato com o dia a dia da população e sentem mais rapidamente as necessidades em relação ao Judiciário”, explicou o presidente da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Eugênio Terra.



Rio Grande do Norte

“O momento é de esperança”, essas foram as primeiras palavras da presidente da AMARN e vice-presidente de Prerrogativas da AMB, juíza Hadja Rayanne de Holanda Alencar, ao entregar o requerimento pedindo a alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para que os juízes de primeiro grau possam escolher o presidente do órgão.



São Paulo

“A gestão participativa dos juízes com os desembargadores tem como objetivo final a melhor prestação do serviço para a população. A medida, quando aprovada, representará forte avanço no Poder Judiciário, pois são os juízes de primeira instância que vivenciam o contato direto com a população. Os juízes conhecem profundamente os problemas do Judiciário, pois são os responsáveis pela administração de seus fóruns. Haverá, sem dúvida, rápida modernização e aperfeiçoamento da Justiça”, ressalta o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), Jayme Martins de Oliveira Neto.



Alagoas

A presidente da Almagis, juíza Maria Lucia de Fátima Barbosa Pirauá, destacou que a escolha do presidente e vice-presidente do tribunal por meio do voto direto do juiz de 1º grau reflete numa maior democratização não só para o Judiciário, como para toda a sociedade. “Esperamos que assim o olhar do gestor do tribunal possa ser mais atento para o 1º grau. Temos consciência de que os recursos são limitados, mas também sabemos que é preciso fazer mais pelo 1º grau, onde tem a maior demanda processual.”



Paraná

“Não podíamos ficar de fora desse movimento. Há muita discussão para ser realizada sobre a questão, mas mantemos a esperança. Acreditamos que essa ação pode mudar as relações dentro do Judiciário, pois os ventos da democracia chegaram a todas as instituições”, disse Frederico Mendes Junior, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná.



Bahia

Para Marielza Franco, presidente da AMAB, a democratização do Judiciário é inadiável e atende aos anseios de toda a Magistratura. A juíza ainda assegura que a medida é fundamental para a valorização da carreira do magistrado. “Assim, a Magistratura poderá escolher dirigentes que se comprometam em garantir subsídios dignos, em preservar as prerrogativas, os direitos e as condições de trabalho do magistrado.”

Paraíba

“A democratização do processo eleitoral no Poder Judiciário brasileiro é um caminho que não tem mais volta”, avaliou o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Horácio Melo. Segundo ele, o Judiciário vê esta mudança como uma opção justa e importante para a democratização. “Esperamos que haja uma melhora substancial da prestação jurisdicional porque nós, juízes de 1º grau, teremos melhores condições de trabalho, já que vamos ser parceiros da discussão, nós teremos a oportunidade de discutir o projeto de gestão do Tribunal.”



Rio de Janeiro

Para o presidente da Amaerj, juiz Rossidéllo Lopes, o dia 31 de março de 2014 foi uma data histórica. “Os juízes do Rio de Janeiro e de todo o Brasil reafirmaram a necessidade da democratização no Poder Judiciário. Todos os juízes estaduais, federais e trabalhistas estão unidos em prol das eleições diretas, que vai trazer melhorias também para a prestação jurisdicional. Esperamos que nossas propostas sejam bem recebidas pelos presidentes e desembargadores de todos os tribunais. A democracia imediata do Poder Judiciário só depende deles.”



Goiás

“A Magistratura goiana tem uma expectativa muito positiva em relação à tramitação do requerimento por eleições diretas no tribunal. Nossa luta é para que todos os magistrados possam votar para os cargos de direção. Esperamos que, a partir da definição quanto ao relator da matéria no TJGO, o procedimento tenha um andamento célere e que tenhamos uma resposta favorável por parte do órgão”, destacou o presidente da Asmego, Gilmar Coelho.

Salão de festas pronto para inauguração

Foram anos de espera, muitos planos adiados, projetos idealizados, mas agora falta pouco para o sonho se concretizar. E eis que, finalmente, no dia 10 de maio, os associados poderão adentrar o salão de festas do Complexo Esportivo Social e Administrativo da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), abrindo suas portas com uma grande festa que marcará também as homenagens ao Dia das Mães.

O Complexo Esportivo e Social da AMMA foi construído aos poucos, sempre em sintonia com os anseios dos associados. Tudo começou com a conquista do terreno durante a gestão da juí-

za Sonia Amaral (2001/2002), o qual foi regularizado no primeiro mandato do juiz Ronaldo Maciel (2003/2004), quando, então, foi inaugurado o campo de futebol (2005/2006).

As instalações da sede social foram se ampliando com o passar dos anos e ganhando contornos de um moderno complexo esportivo. Na primeira gestão do juiz Gervásio Santos (2007/2008), foram construídos o vestiário, bar de apoio e estacionamento com capacidade para 100 veículos.

Já no final da segunda gestão (2010), foi inaugurado o complexo atual, que conta com quadras poliesportivas, piscinas e restaurante.

Agora na terceira gestão, a sede atenderá a um antigo sonho dos

associados, com a inauguração do salão no próximo dia 10 de maio.



Salão de festas da sede social pronto para inauguração no dia 10 de maio



Diretores fizeram inspeção no espaço em que será realizada a Festa das Mães

Espaço privilegiado

O salão de festas da sede social será mais um moderno espaço de lazer e conagração para a Magistratura maranhense. São 750 metros quadrados no total, sendo um espaço destinado à área de serviços como banheiros, cozinha e dependências de apoio, e outra, exclusivamente para o salão, que terá capacidade para 450 pessoas. Os trabalhos de construção começaram em julho de 2013.

A proposta da construção do salão é também gerar renda para a entidade através da locação. O espaço é privilegiado, não apenas por sua localização, mas porque é um dos poucos salões de festas da cidade com estacionamento próprio.

A inauguração do salão de festas possibilitará não apenas à Associação, mas também aos associados, a realização de grandes eventos.

Nova sede administrativa

A nova sede administrativa da AMMA, que ainda se encontra em fase de acabamento, fica localizada em uma área contínua ao salão de festas, no Complexo do Calhau. O espaço será destinado a todas as atividades administrativas da Associação, que hoje funciona na Rua do Egito (Centro), contando com um auditório de 90 lugares, área de vivência para associados, sala de reunião da diretoria e espaço para todo o corpo administrativo da entidade.

A construção da sede administrativa é fruto de um Contrato de Comodato que foi assinado pelo presidente Gervásio Santos

e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Junior.

Pelos termos do contrato, a AMMA cedeu ao TJMA um espaço que corresponde a 6,8% do terreno total da sede social do Calhau, contínua à área recreativa, para a implantação e posterior funcionamento do Juizado e da Turma Recursal. Após a inauguração da sede administrativa, que ainda não tem previsão de inauguração, o Complexo da AMMA estará com sua estrutura completa funcionando em um só local para a comodidade dos seus associados.

